

A DEGRADAÇÃO DA SÓCIO-ECONOMIA BRASILEIRA

Uma interpretação alternativa por meio da formulação de um Modelo Keynesiano Expandido

Marcus Alban¹

Resumo

Com a reaceleração do crescimento da economia, empreendida a partir do primeiro Governo Lula, a taxa de desemprego começou a cair e, de maneira quase ininterrupta, seguiu caindo até o final do segundo Governo Lula. Supreendentemente, no entanto, a queda seguiu se processando mesmo com a forte desaceleração do crescimento no terceiro governo petista – primeiro Dilma. Partindo desse aparente paradoxo, o artigo demonstra como explicações baseadas exclusivamente na melhora dos salários dos chefes de família não o justificam. Uma justificativa mas ampla é construída incorporando à análise a constatação do desenvolvimento paralelo de uma série de atividades ilegais. Para tentar compreender essa dinâmica, praticamente não considerada nas análises macroeconômicas convencionais, o artigo, partindo dos modelos institucionais de Douglas North e William Baumol, propõe um Modelo Keynesiano Expandido, no qual as crises são explicadas pela substituição de atividades / investimentos produtivos, por atividades / investimentos improdutivos e destrutivos. Com esse modelo se reanalisa então, não só paradoxo do primeiro Governo Dilma, como a evolução de toda a economia desde a implementação do Plano Real. Em linhas gerais, a conclusão é de que, como a preocupação foi preponderantemente com a estabilização de preços e não com o crescimento, as atividades / investimentos produtivos nunca foram viabilizados na escala adequada, abrindo o espaço para o avanço das atividades / investimentos improdutivos e destrutivos, que provocam uma crescente degradação socioeconômica do país. Dessa maneira, o artigo se finda argumentando que é preciso retomar, urgentemente, o crescimento com base em atividades e investimentos produtivos, o que não se dará com as estratégias ortodoxas, hoje em curso, de ajuste fiscal e combate a inflação via elevações radicais da taxa de juros.

Palavras Chaves: Economia Brasileira; Paradoxo do Emprego, Modelo Keynesiano Expandido.

1. Apresentação

Por suas características dadas pela localização, dimensão geográfica, recursos naturais, unidade linguística e razoável harmonia ideológica / religiosa, o Brasil, em tese, teria tudo para ser uma grande potência socioeconômica. Assim, não por acaso, ele foi considerado por autores diversos, e de certa forma continua sendo, como o país do futuro. O futuro, entretanto, nunca chega e as vezes, como agora, parece desaparecer. Por que?

¹ Engenheiro, Doutor em Economia pela USP e Professor do PDGS-EAUFBA. m.alban@uol.com.br

Para a Nova Economia Institucional – NEI, a explicação estaria na ausência de boas instituições garantidoras dos direitos de propriedades, fruto até certo ponto de nossa colonização ibérica, o que não permitiria a tranquilidade necessária para um contínuo e crescente investimento inovador.² Numa versão mais contemporânea dessa corrente, teríamos “instituições extrativistas” que, para manter o monopólio dos resultados nas mãos de um pequeno grupo, não permitiriam o livre acesso de todos ao processo de investimentos inovadores e seus benefícios. Essa nova versão, no entanto, analisando o caso brasileiro, chega a conclusão de que com a recente democratização, havíamos finalmente criado “instituições inclusivas”, que permitiram o surgimento e o acesso ao poder de partidos como o PSDB, e sobretudo o PT, que explicariam o fato de, a partir dos anos 90, “o crescimento econômico [vir] sendo rápido [e] com redução da pobreza” (Acemoglu e Robinson, 1990:353). Em síntese, estávamos chegando lá, ao futuro.

Como se sabe hoje, não estávamos chegando ao almejado futuro, mas sim a uma nova crise que mal começou. E dessa vez trata-se de uma crise ampliada que, paralelamente aos problemas econômicos de sempre – desequilíbrios nas contas públicas e inflação crescente – vem associada a índices de violência/criminalidade e corrupção completamente fora de nossos padrões históricos, e tudo isso, ao menos até o final do primeiro Governo Dilma, em conjunto com taxas de desemprego bastante baixas. Buscar contribuir para a compreensão dessa nova crise, que mais parece um novo *modus operandi* da socioeconomia brasileira, é o objetivo do presente artigo.

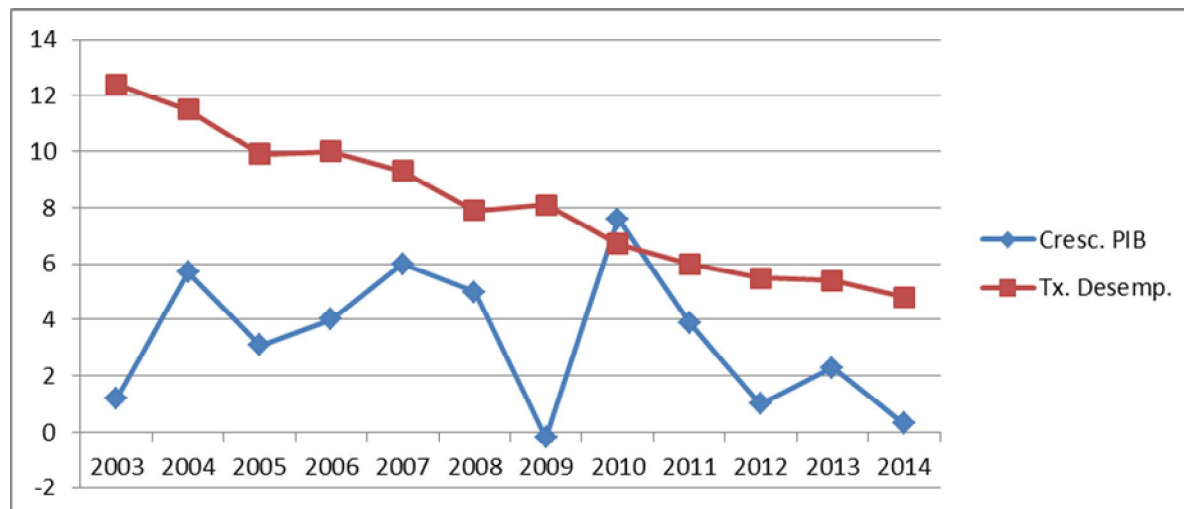
2. O Paradoxo do Emprego

Com a reaceleração do crescimento da economia brasileira, empreendida a partir do Primeiro Governo Lula, o desemprego, como seria de se esperar, começou a cair e, de maneira praticamente ininterrupta, seguiu caindo até o final do segundo Governo Lula. Supreendentemente, no entanto, a queda seguiu se processando mesmo com a desaceleração / estancamento do crescimento no terceiro governo petista – primeiro Dilma (ver Gráfico 1). Na visão hoje dominante, a razão desse aparente paradoxo não se encontra na manutenção da expansão do emprego, mas sim na queda da taxa de participação. Ou seja, a geração de empregos se desacelera e cai, em reflexo da desaceleração do crescimento, mas, como o

² O modelo original de desenvolvimento da NEI, formulado por Douglas North, será apresentado na Seção 4.

número de pessoas aptas a empregar-se cai mais que proporcionalmente, mantem-se a continuidade da queda da taxa de desemprego.

Gráfico 1 Evolução da Taxas de Desemprego e Crescimento Real do PIB



Fonte IBGE

A queda da taxa de participação explicaria, portanto, a queda do desemprego mesmo com a desaceleração do crescimento. Mas por que cai a taxa de participação nesse contexto, quando o razoável seria justamente o contrário. Em linhas gerais, duas explicações tem sido propostas para o fenômeno. A primeira, defendida, entre outros, pelo economista Naercio Menezes, estaria centrada na melhora dos salários dos adultos, chefes de família, que permitiria que uma maior parcela de jovens pudessem se dedicar exclusivamente a educação, ou em menor número a nada fazer, talvez dedicando mais tempo ao encontro de um emprego mais interessante. Menezes observa que esse processo não necessariamente levará a maiores ganhos de produtividade: vai depender do que estarão fazendo com um maior tempo livre, “fazendo mais deveres de casa ou jogando mais futebol?” (2014).

A segunda linha, defendida por economistas como José Marcio Camargo, também parte do aumento do ganho dos chefes de família nos últimos anos, mas acrescenta a elevação dos custos de se trabalhar fora de casa, o que faria com que, uma maior parcela de mulheres e jovens, considerados “os membros secundários da força de trabalho”, optassem por ficar fora do mercado.³ Como se observa, ambas as

³ Deve-se ressaltar que essa visão foi apresentada por Camargo em entrevistas jornalísticas, feitas com ele pela Isto É Dinheiro (publicada na Edição de 08/08/2014 com o título, “Está muito caro trabalhar no Brasil”) e pela Folha de São Paulo (publicada na edição de 09/01/2015, com o título de “Com desistentes, taxa de desemprego no Brasil seria quase o dobro da atual” em matéria de Érica Fraga).

linhas de explicação partem de que houve uma melhora dos salários em geral, e em particular dos chefes de família, permitindo famílias, em tese mais harmônicas, de uma sociedade mais equilibrada, onde nem todos precisariam estar buscando emprego. Assim, inusitadamente, mesmo com a desaceleração econômica, parte crescente da PEA poderia estar dedicada a só estudar, procurar empregos mais interessantes, ou simplesmente cuidar melhor da casa.

Tanto Menezes como Camargo observavam que essa constituía uma tendência insustentável, e que deveria cessar, como de fato cessou, com o avanço da desaceleração da economia. Como se sabe, com o início de 2015, a taxa de desemprego volta a crescer. Isso, contudo, não elimina a pergunta de por que se tardou tanto para que a dinâmica da taxa de desemprego voltasse naturalmente a crescer com a desaceleração econômica? Importante ressaltar que não se trata de uma anomalia marginal. Mantida constante a taxa de participação vigente em 2012, quando se acirra a desaceleração, a taxa de desemprego vigente ao final de 2014 seria em torno de 8% e não abaixo de 5%.⁴

Nesse sentido, ainda que os dados disponíveis não sejam incoerentes com um certo otimismo social, implícito em análises como as de Menezes e Camargo, é possível supor que talvez elas não estejam corretas, ou ao menos não totalmente corretas, na explicação de toda a complexidade do processo. De fato, é difícil aceitar que, com tamanha desaceleração econômica, desaceleração que inclusive provocou a perda de inúmeros empregos, sobretudo na indústria, a taxa de desemprego tenha se mantido decrescente em todo o primeiro Governo Dilma, porque, ou apenas porque, uma expressiva e crescente parcela de jovens e mulheres tenha optado por não procurar emprego.

De outro lado, cabe notar que o primeiro governo Dilma não foi um período em que a sociedade brasileira tenha se mostrado tranquila, para justificar uma constante queda na taxa de participação, como implicitamente supõem as referidas análises. Ao contrário, além da reaceleração da inflação, esse foi um período de crescimento nas taxas de violência e criminalidade associado a emergência de gigantescos escândalos de corrupção, fragilizadores da harmonia política / hegemonia petista no país.⁵ Assim, não por acaso em 2013 o país foi praticamente parado por grandes movimentos de massa, e em 2014, reelegeu-se a presente Dilma do PT, mas com uma margem muito apertada.

⁴ Valores estimados por André Gamerman e José Marcio Camargo (Fraga, 2015).

⁵ Sobre a evolução das taxas de violência no período ver Jacobo Waiselfisz (2014).

Como se observa, é meio complicado atribuir a constante queda da taxa de desemprego ao longo de todo primeiro Governo Dilma apenas a melhora dos salários dos chefes de família. Mas se não foi apenas a melhora dos salários, o que mais pode explicar essa inusitada relação entre a desaceleração econômica e a redução da taxa de desemprego?

3. Incorporando a Ilegalidade à Análise

Ainda que sejam questões relevantes, problemas de ilegalidade, tais como, criminalidade, violência, e mesmo sonegação e corrupção, não fazem parte das análises / modelos macroeconômicos convencionais. De modo geral, são entendidos como fenômenos marginais e ou ruídos do sistema, a serem enfrentados pelas áreas específicas de segurança e justiça dos governos. No Brasil, no entanto, essas questões atingiram dimensões tais que não permitem que a tratemos dessa forma. De fato, ao menos nos últimos anos, fenômenos como criminalidade, violência, sonegação e corrupção, são hoje, direta e indiretamente, vetores econômicos da maior importância, e geradores toda uma infinidade de empregos, formais, informais e ilegais que não podem deixar de ser levados em conta.

Naturalmente, por serem entendidos como fenômenos marginais e não necessariamente econômicos, tais atividades quase não são contabilizadas / estudadas. Assim, para se ter uma ideia da ordem de grandeza das mesmas, a alternativa é valer-se de matérias jornalísticas, bem como da evolução de alguns dados que possam constituir proxies razoáveis desses fenômenos. Nesse sentido, na Tabela 1 temos a evolução entre 2002 e 2013 do número de encarcerados, e do faturamento e número de funcionários das empresas de vigilância privada no país. Como se constata, em todas as séries tem-se evoluções com taxas de crescimento bem superiores as obtidas pelo PIB no período.

Tabela 1 Evolução da Vigilância Privada e População Carcerária

	2002	2013	Cresc.% Med.
Fat. Emp. de Vigilância Privada (em R\$ milhões)	16,3	43,5	9,33
Número de Vigilantes Privados (em mil)	353,7	695,5	6,34
População Carcerária (em mil)	239,3	581,0	8,40
Evol. do PIB , var. real 2002 Base 100	100,0	143,7	3,35

Fonte: FENAVIST, INFOPEN, IBGE.

Além das dinâmicas apresentadas, é importante notar também a magnitude dos totais dessas variáveis. Pegando-se, por exemplo, o total de encarcerados em 2013, temos que o mesmo representa 2,4 % da PEA nesse mesmo ano. O número de vigilantes privados, por sua vez, também em 2013, chega 2,8 % da PEA.⁶ Com base nesses números, fica claro que existem razões bem mais perversas do que o aumento dos salários dos chefes de família, para a redução das taxas de participação e desemprego ao longo do primeiro Governo Dilma. De fato, parte do emprego gerado foi emprego visando, não a produção, mas sim o combate e a prevenção ao crime. É importante notar que as estatísticas apresentadas na Tabela 1 contemplam apenas os vigilantes de empresas formais. Existem também os informais, estimados em duas a três vezes o número dos formais.⁷ De outro lado, parte dos que pararam de procurar emprego, não o fizeram apenas para estudar, jogar bola ou simplesmente ficar em casa, como supõem Menezes e Camargo. O fizeram também para entrar no mundo do crime e muitos, ou provavelmente alguns poucos, acabaram sendo presos.

No tocante a sonegação, por outro lado, estudos desenvolvidos pelo Idesf - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras, estimam que as perdas de mercado, só com contrabando, são da ordem 100 bilhões de reais por ano (2015)⁸. Na área da corrupção, por fim, embora não existam números consolidados, os dados recém divulgados pela investigação da Operação Lava Jato, que envolve apenas problemas associados à Petrobras, sugerem que os desvios e prejuízos anuais nesse segmento sejam de grandeza bem superior aos gerados nas atividades de contrabando. E tudo isso, naturalmente, envolve toda uma infinidade de empregos informais, ilegais e ou desvios e paralelismo de funções de cargos públicos, incluindo políticos, e empregos privados.

Como se observa, problemas de criminalidade, violência, sonegação e corrupção não podem mesmo ser deixados de lado na análise da realidade brasileira. Eles são, não só centrais, como empregam/ocupam, direta e indiretamente, uma parcela cada vez maior da PIA. Mas, por que é assim? Por que além de não crescermos não nos limitamos sequer aos problemas clássicos de uma simples crise com desemprego crescente? E o que fazer para superarmos esse processo de degradação, que avança, aparentemente sem

⁶ Para o cálculo desses percentuais considerou-se uma PEA média 24.433 mil pessoas, calculado a partir das PEAs mensais estimadas pelo IBGE para as Regiões Metropolitanas de: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

⁷ Estimativa feita pelo SINDESP-RJ.

⁸ Essa mesma ordem de grandeza foi apresentada por organizadores do fórum “O Contrabando no Brasil”, promovido pela Folha de São Paulo em março de 2015.

limites? Para tentar responder a essas perguntas necessita-se, naturalmente, de uma visão bem mais ampla da dinâmica econômica.

4. A NEI e o Modelo Schumpeteriano Expandido

Com o trabalho *Structure and Change in Economic History* de 1981, Douglas North consolida a NEI, conformando uma nova teoria do desenvolvimento econômico a partir da evolução institucional. Nela o Estado é tido como o grande formulador de regras e arranjos institucionais que irão garantir, não só os direitos de propriedade, como também a redução dos custos de transação para possibilitar, via competição e cooperação, uma adequada alocação de recursos para o crescimento econômico.

Nesse contexto, para garantir comportamentos éticos e reduzir os custos de transação, instituições devem ser desenhadas com estes fins. Parte-se, portanto, da teorização para a tentativa de construção de arranjos institucionais capazes de estimular os agentes a investirem em atividades eficientes e produtivas. North, contudo, também percebeu que os arranjos institucionais nem sempre garantem a evolução positiva das sociedades. Ou seja, nem sempre garantem o desenvolvimento. Dessa forma, em *Institutions, Institutional Change and Economic Performance* de 1990, North formula uma nova versão de sua teoria.

Nessa segunda versão, as instituições continuam sendo a viga mestra de toda a análise. São elas que vão determinar as regras do jogo, tanto econômico quanto político. Elas já não se resumem, entretanto, em regras formais. Vão incorporar também instituições e regras informais, presentes na cultura e na ideologia de cada povo. Com essa visão mais ampla, a aplicação normativa de sua teoria fica naturalmente muito prejudicada.

O problema, entretanto, não se resume ao *timing* da mudança. Ocorre que juntamente com as instituições estão as organizações. Segundo North, se as instituições são as regras do jogo, as organizações públicas e privadas, são os jogadores. Interagindo com as instituições, as organizações determinam o desempenho sócio-econômico e a própria evolução de todo o sistema, que nem sempre será positivo. North defende que, por um processo de *path dependence*, arranjos institucionais ineficientes podem ser desenvolvidos e persistirem por um longo tempo.

Sem dúvida, com base nas dinâmicas de *path dependence* sugeridas por North, podemos explicar porque as políticas de modernização institucional não têm sido suficientes, nem para conter a corrupção, nem para assegurar o processo de desenvolvimento em países como o Brasil. Mas por que essa situação se prolonga por tanto tempo assim?

Para avançar em direção a essa questão precisamos incorporar uma outra abordagem institucional. Nos referimos aqui a abordagem proposta por William J. Baumol em *Entrepreneurship: Productive, Unproductive and Destructive* (1993).⁹ Em linhas gerais, Baumol parte de uma crítica ao modelo de desenvolvimento econômico proposto por Joseph Schumpeter.

Como se sabe, para Schumpeter o desenvolvimento é uma decorrência do processo de inovação tecnológica empreendido por empresários e empresas. Em suas palavras:

O impulso fundamental que inicia e mantém o movimento da máquina capitalista decorre dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte dos novos mercados, das novas formas de organização industrial que a empresa capitalista cria.(...)[A criação de todos esses itens], da oficina artesanal aos grandes conglomerados, (...) [ilustra] o mesmo processo de mutação industrial (...) que incessantemente revoluciona a estrutura econômica *a partir de dentro*, incessantemente destruindo a velha, e (...) criando uma nova. Esse processo de Destruição Criativa é o fato essencial acerca do capitalismo. (1984:112-3).

Com essa visão, Schumpeter concebe o processo de desenvolvimento como algo essencialmente cíclico. O argumento é de que o surgimento dos empresários, ou simplesmente das inovações, não ocorre através de uma distribuição uniforme no tempo. Ao contrário, tendem a surgir concentradamente apenas em alguns períodos, provocando oscilações cíclicas na economia. Schumpeter, contudo, jamais conseguiu uma boa explicação do porque dessa ciclicidade. Do porque existem bandos de empresários em determinados períodos e em outros não. É justamente a partir dessa fragilidade que se desenvolve a análise de Baumol, propondo o que ele chama de Modelo Schumpeteriano Expandido.

⁹ Esse artigo seminal de William Baumol foi publicado originalmente no *Journal of Political Economy* de 1990, vo. 98, n.5.

Para Baumol é preciso expandir as possibilidades de atividades inovadoras propostas por Schumpeter incorporando inovações improdutivas, aquelas que visam apenas pregar a renda já existente na economia, bem como inovações destrutivas, ou seja, inovações que aumentam a receita de algumas organizações em prejuízo de toda a sociedade. Com essa hipótese Baumol pode supor que a capacidade empresarial existente é uma constante, e assim o que determina se uma economia vivencia períodos de desenvolvimento, ou de estagnação e crise, são se as inovações e as atividades dominantes são do tipo produtivo ou improdutivo - destrutivo.

Ainda que admitindo como hipótese uma capacidade empresarial constante, Baumol argumenta que os empresários das inovações e atividades do tipo construtivo não serão necessariamente os mesmos do tipo improdutivo e destrutivo. Dados os talentos e aptidões de cada um, nem todos terão capacidade e vontade para empreender atividades produtivas, o mesmo acontecendo para as improdutivas e destrutivas. Mas, o que determina a opção por um tipo ou outro de inovações e atividades e consequentemente de empresários?

Assim como North, Baumol argumenta que o determinante são as regras do jogo. São elas que vão determinar os *payoffs* de cada tipo de atividade. Assim, se as atividades improdutivas e destrutivas são aceitas, não são punidas, elas tendem a se tornar dominantes, sufocando, naturalmente, as inovações e atividades produtivas. Já se acontece o contrário, se as regras não permitem, ou ao menos desestimulam, as atividades improdutivas e destrutivas, empresários e organizações voltados para atividades produtivas assumem o comando, levando a economia à dinâmicas virtuosas de crescimento e desenvolvimento.

Como se constata o modelo desenvolvido por Baumol é muito semelhante a primeira versão da Teoria Institucional de North e, por isso mesmo é também muito coerente com políticas normativas visando coibir a criminalidade/violência e desestimular a sonegação/corrupção. De fato, como essas são atividades improdutivas e destrutivas, ao desestimulá-las tenta-se canalizar o potencial empresarial para o desenvolvimento de inovações e atividades produtivas. Isto, entretanto, ao menos no caso brasileiro não vem acontecendo.

Essa incongruência entre o modelo e a realidade remete, naturalmente, a segunda versão da teoria de North, onde regras informais e dinâmicas de *path dependence* explicariam a manutenção da corrupção

e da estagnação. O modelo de Baumol, entretanto, não avança nessa direção. Para o autor, com base em diversas evidências históricas, é sempre possível mudar as regras do jogo em direção a uma dinâmica virtuosa. Assim, “não há porque ficar esperando [como em North] por vagarosas mudanças culturais” (1993:47).

5. A Possibilidade de um Modelo Keynesiano Expandido

As conclusões mais otimistas do modelo de Baumol, ainda que não resolvendo todo o problema, deixam claro de que os países em desenvolvimento não são prisioneiros eternos da cultura da corrupção. Se isso é verdade, o insucesso brasileiro em conter os avanços das dinâmicas improdutivas e destrutivas indica que as regras / arranjos institucionais existentes não são eficientes, ou ao menos suficientes, para conduzir o potencial empresarial predominantemente para as atividades e inovações produtivas.

Por que isso acontece, ou melhor, não acontece? Analisando as conclusões de North e Baumol percebemos que, para ambos, as regras do jogo e a qualidade dos jogadores são importantes para a determinação dos resultados do jogo. A qualidade dos jogadores, por sua vez, sobre tudo em Baumol, decorre das próprias regras do jogo. Mas o que determina as regras do jogo? Essa é a grande questão não adequadamente explicada por esses autores.

Para Baumol as regras são uma simples escolha do governo. Já para North, são fruto da interação entre as instituições e as organizações, dadas as *path dependences* geradas pelas regras informais. Como visto, ambas as respostas tem as suas virtudes mas não conseguem dar conta do grande desafio que é a almejada construção de regras capazes de engendrar dinâmicas predominantemente virtuosas.

É frente a esse contexto que postulamos uma nova hipótese. A hipótese de que as regras efetivas do jogo dependem sobretudo das possibilidades de resultados do próprio jogo. Ou seja, o Governo pode escolher as regras formais, elas vão interagir com as regras informais, mas o que vai determinar as regras efetivas, aquelas que de fato vão conduzir as condutas dos empresários são as possibilidades de resultados do jogo.

Para a análise dessa nova hipótese precisamos agregar ao referencial teórico institucional uma abordagem mais macro e dinâmica da economia, o que pode ser feito através do modelo keynesiano de ciclo econômico. Para Keynes, assim como para Schumpeter, Baumol e, em certo sentido, também para North, o empresário constitui a peça chave para a compreensão da dinâmica econômica. É a partir do comportamento do empresário keynesiano, portanto, que tentamos ampliar o escopo da análise institucional.

Ainda que percebendo o empresário como ser dotado de *animal spirits*, para Keynes, suas decisões, tomadas com base em expectativas do futuro, não variam de maneira preponderantemente errática. A suposição é a de que, sendo o futuro incerto, a realidade presente acaba ocupando um papel desproporcional na formação das expectativas que, assim, ao menos por um certo tempo, tendem a se estabilizar de modo unificado.¹⁰ Os empresários, por outro lado, não agem apenas como micro unidades isoladas. Ao contrário, se encontram estruturados num efetivo mercado de capitais, que, além de possibilitar a alavancagem de um grande fluxo de recursos, também unifica as expectativas.

É com base nessa análise de comportamento das expectativas, e do investimento agregado, que Keynes buscará entender e explicar a dinâmica do ciclo econômico. De acordo com sua análise, enquanto a economia está se expandindo, a taxa de juros cresce paralelamente, em face da escassez relativa da moeda. Contudo, como o otimismo é também crescente, uma elevada expectativa de lucros, sinalizada por uma frenética especulação, mais do que compensa o seu custo, mantendo a dinâmica expansiva. Esse processo se alonga de maneira interativa até que, por alguma razão, decorrente de um excesso de capacidade produtiva ou mesmo por uma sobre-acumulação de estoques, a confiança no futuro desaba, levando com ela a expectativa de lucros.

Keynes observa que uma vez iniciada a crise, a adoção pura e simples de uma política monetária expansiva, redutora da taxa de juros, não é suficiente para contê-la. Dada a queda no estado de confiança e, conseqüentemente, a baixa expectativa de lucros, os investimentos perdem sua atratividade mesmo a taxas de juros muito baixas. A reversão do movimento descendente para o ascendente exige, pois, a recuperação do estado de confiança da economia. Com a retomada da confiança, retomam-se as

¹⁰ Essa explicação para a estabilidade das expectativas no curto prazo permite a Keynes concentrar, na Teoria Geral, toda a sua atenção na taxa de juros. De fato, se as expectativas não mudam, tudo depende da taxa de juros, que, para ele, salvo situações limites, decorre diretamente da política monetária (1982).

expectativas de lucro e consequentemente os investimentos, levando a economia a um novo ciclo virtuoso de crescimento.

Como se observa, assim como em Schumpeter o empresário keynesiano é sempre voltado para atividades produtivas. Desse modo, o que determina o dinamismo ou a crise é a sua atuação ou não. Essa visão, contudo, como bem demonstra Baumol é muito limitada face as possibilidades empresariais de atividades improdutivas e destrutivas. Pode-se conformar assim, a exemplo de Baumol, um Modelo Keynesiano Expandido, onde a crise não se dá apenas pela ausência de empreendimentos produtivos, mas também pelo desenvolvimento de inovações e atividades improdutivas e destrutivas.

Com base no novo modelo, temos então condições de aprofundar a análise da nova hipótese, qual seja, a de que as regras efetivas do jogo são determinadas pelas possibilidades de resultado do próprio jogo. De fato, como postulam North e Baumol, os empresários optam por empreendimentos produtivos ou improdutivos e destrutivos conforme os *payoffs* de cada opção. Os *payoffs*, contudo, se os agentes são racionais, só podem ser entendidos em termos relativos, o que muda significativamente várias das conclusões da análise institucional.

Em linhas gerais, tem-se que um empresário só opta por uma atividade improdutiva ou destrutiva se o *payoff* desta for superior aos das atividades produtivas. Neste sentido, pregam-se regras de jogo que reduzam os *payoffs* dessas atividades socialmente indesejáveis. Isso, contudo, não necessariamente engendrará inovações e atividades e produtivas geradoras de crescimento. Ocorre que o *payoff* dessas atividades, ou como diria Keynes, a expectativa de *payoffs* dessas atividades, variará em função do próprio crescimento.

De fato, se há crescimento ampliam-se as expectativas de *payoffs* / lucros futuros estimulando investimentos produtivos crescentes, gerando emprego, salários e arrecadação também crescentes, e assim sucessivamente numa dinâmica virtuosa de crescimento e desenvolvimento. Essa dinâmica, obviamente, desestimula as atividades improdutivas e destrutivas que passam a apresentar *payoffs* relativamente pequenos. Já se economia encontra-se em crise, mesmo que estejam vigentes as mesmas instituições, ou seja as mesmas regras de incentivo e punição, caem as expectativas de lucros / *payoffs* futuros e desaceleram-se os investimentos produtivos. Com a queda dos investimentos, engendra-se o

desemprego e a queda dos salários ampliando relativamente os *payoffs* de atividades improdutivas e destrutivas.¹¹

Em síntese, na nova modelagem mantêm-se a coincidência entre a opção por atividades produtivas e o crescimento e desenvolvimento, da mesma forma que a coincidência entre as atividades improdutivas e destrutivas e a estagnação e crise. A causalidade, entretanto, é basicamente no sentido inverso do que propõe a análise institucional. Com efeito, não são as regras ótimas de incentivo e punição que levam às atividades produtivas e portanto ao crescimento e desenvolvimento. Ao contrário, é o crescimento, ou ao menos a possibilidade de crescimento, que viabiliza as inovações e atividades produtivas, referendando e exigindo as regras com esse fim. O mesmo acontece com a estagnação e a crise em relação as inovações e atividades improdutivas e destrutivas.¹²

6. Reanalizando a Crise Brasileira

Como se pode constatar, a luz Modelo Keynesiano Expandido o que acontece na economia brasileira não é nenhum paradoxo. Ao contrário, é um exemplo lapidar das dinâmicas propostas pelo modelo. De fato, como demonstram os dados apresentados nas seções 2 e 3, na medida em que se desacelera o crescimento das atividades produtivas da economia, aceleram-se as atividades improdutivas e destrutivas, mantendo a queda da taxa de desemprego mesmo com o avanço da crise. Essa dinâmica, entretanto, na medida em que as atividades improdutivas e destrutivas acirram a crise das atividades produtivas – vide os desdobramentos do caso Petrobras / Lava Jato –, não é sustentável no médio longo prazo. Assim, não por acaso, a taxa de desemprego torna-se crescente, possivelmente de forma explosiva, com o início do segundo Governo Dilma.

Mas deve-se ter claro que o avanço das atividades improdutivas e destrutivas não são dinâmicas exclusivas dos governos Dilma. Ao contrário, como também demonstram os dados apresentados nas seções 2 e 3, são bem mais antigas. A rigor, em sua configuração atual, podemos dizer que se iniciam

¹¹ Vale acrescentar que, em muitos casos, as atividades improdutivas e destrutivas não só ampliam seus *payoffs*, como se transformam na única alternativa disponível para vários dos agentes econômicos.

¹² Importante observar que não é por acaso que com o novo modelo se chegue a uma causalidade quase absolutamente contrária a da análise institucional. Ocorre, que tanto North quanto Baumol, embora desenvolvendo uma análise institucional, são claramente economistas neoclássicos. Assim, ainda que implicitamente, parte-se sempre do pressuposto de que, a menos que haja uma intervenção indevida, ou seja uma regra indevida, a economia estará sempre no pleno emprego. Nesse sentido, toda a análise institucional é incompleta, na medida em que passa ao largo da questão macroeconômica, se preocupando apenas com regras microeconômicas.

com o sucesso do Plano Real. É o Plano Real que, ao estabilizar os preços, possibilitaria um acelerado crescimento baseado em atividades produtivas. Estas, entretanto, como não foram viabilizadas na escala adequada, abriram o espaço para o avanço das atividades improdutivas e destrutivas. Ou seja, nos termos do modelo, deixaram capacidade empresarial e laboral ociosa que possibilitaram, e de certa forma levaram, ao desenvolvimento de banqueiros, empresários, e políticos, meramente financistas de arbitragem, corruptos e criminosos, dos mais diversos tipos e tamanhos.

E por que isso se deu? Por que as atividades produtivas não se expandiram de maneira acelerada, e por que tardou tanto tempo para que a economia agudizasse sua crise como vem ocorrendo. A resposta a essas perguntas tem haver com a postura e a “sorte” e dos economistas e políticos que estiveram a frente da política econômica brasileira durante todos esses anos. Em linhas gerais, pode-se dizer que os economistas, tanto tucanos quanto petistas, nunca se preocuparam de fato com o crescimento. Miopemente, estiveram sempre voltados apenas para a estabilização dos preços, o que em tese, garantia votos. E essa estabilização foi sempre buscada através de um Real forte, ou seja sobre valorizado, viabilizado por taxas de juros muito acima das praticadas no mercado internacional.

Importante ressaltar que o processo de sobre valorização não foi marginal, mas sim muito expressivo. Para se ter uma ideia da magnitude do mesmo, na Tabela 2 , onde se apresenta a evolução das taxas de câmbio praticados pelo Brasil e a China, constata-se que entre 1995 e 2010 o Real ficou 136,5 % mais caro que o Yuan. Isso significa que, só com o câmbio, independentemente de ganhos de produtividade, os produtos chineses ficaram 57,7 % mais baratos que os brasileiros. Com esse processo, é claro, tornou-se crescentemente inviável a produção de uma série de bens industrializados no Brasil, o que, seguindo o modelo, explica tanto a nossa acelerada desindustrialização, inclusive da nossa indústria turística, como o nosso baixo crescimento em geral.¹³

De fato, como também se observa na Tabela 2, entre 1995 e 2010, o Brasil cresceu apenas 53,95 %, o que equivale a uma média de meros 2,92 % ao ano. Nesse mesmo período, por outro lado, a China, com um Yuan desvalorizado, ou talvez melhor competitivo, cresceu 330,97 %, conformando uma média anual de 8,31 %. Com isso, o PIB da China que em 1995 era de 2,86 vezes o do Brasil, alcançou

¹³ Para análises mais aprofundadas desse processo ver, dentre outros, Bresser Pereira (2014), Filgueiras et al (2012) e Holland e Nakano (2012).

em 2010 a marca de 6,15 vezes, e a estimativa é de que, ao final de 2014 essa marca tenha evoluído para algo entorno de 7,5 vezes o PIB brasileiro.

Tabela 2 Evolução Cambial e Crescimento Brasil x China

Anos	R/US\$	Y/US\$	R/Y\$	PIB Brasil	PIB China	PIB China/Brasil
1995	0,92	8,35	0,11	100,00	100,00	2,86
1996	1,01	8,31	0,12	102,24	103,76	2,91
1997	1,08	8,29	0,13	105,82	114,12	3,09
1998	1,16	8,28	0,14	105,71	114,89	3,11
1999	1,81	8,28	0,22	105,90	121,20	3,28
2000	1,83	8,28	0,22	110,82	128,82	3,33
2001	2,35	8,28	0,28	112,15	137,35	3,51
2002	2,92	8,28	0,35	114,36	153,75	3,85
2003	3,08	8,28	0,37	115,32	167,27	4,15
2004	2,93	8,28	0,35	122,08	184,88	4,34
2005	2,43	8,19	0,30	125,73	200,19	4,56
2006	2,18	7,97	0,27	130,87	223,12	4,88
2007	1,95	7,61	0,26	138,90	250,71	5,17
2008	1,83	6,95	0,26	145,99	275,00	5,39
2009	2,00	6,83	0,29	145,77	300,82	5,91
2010	1,76	6,77	0,26	153,95	330,97	6,15
Evol. %	Total 91,71	Total -18,93	Total 136,48	Med.Anual 2,92	Med.Anual 8,31	

Fonte: Penn World Table 7.1

Como se observa, na média o crescimento das atividades produtivas da economia brasileira foi muito baixo. Isso é verdade tanto se comparamos com o crescimento experimentado pela China, quanto com o crescimento vivenciado pelo próprio Brasil ao longo do Ciclo de Substituição de Importações. Mas como foi possível manter esse processo de crescimento, mesmo que baixo, com o Real sobre valorizado por tanto tempo? Aqui entra a “sorte” do petismo.

Ocorre que, com o mundo vivendo um boom especulativo e a China crescendo a taxas próximas a 10% ao ano, o preço das commodities explodiu no mercado internacional. Com isso o Brasil, puxado pelas commodities, pôde apresentar um certo crescimento com distribuição de renda, dinamizador do consumo e dos serviços, mantendo sua balança de transações correntes positiva, mesmo com o Real sobre valorizado. Ao fim do segundo governo Lula, porém, esse cenário cor de rosa se esvai, com o estouro do boom, o que leva a China a desacelerar seu crescimento, e o preço das commodities a

desabar. É nesse contexto que se inicia o primeiro governo Dilma, onde, de novo seguindo o Modelo, desaceleram-se, ou mesmo cessam, várias das atividades produtivas, e aceleram-se as improdutivas e destrutivas, explicitando e agudizando a crise e a degradação da sócio-economia / política brasileira.

7. Conclusões

Ainda que propor soluções não seja o objetivo central do presente trabalho, algumas conclusões e recomendações são inevitáveis a luz da análise desenvolvida. A primeira delas é de que não paramos o crescimento e vivenciamos uma degradação crescente da sociedade por causa da crise. A verdade, como visto, é justamente o contrário. Ou seja, foi e é a ausência de um crescimento adequado que nos levou e leva ao desenvolvimento de atividades improdutivas e destrutivas que, com o fim da acelerada demanda internacional por commodities, se tornam dominantes e começam a desestruturar vários dos pilares de nossa adolescente sociedade democrática.

Naturalmente, num contexto como esse não faz sentido tentar combater a crise com estratégias ortodoxas clássicas de ajuste fiscal, associadas a brutais elevações da taxa de juros para conter a inflação. Tais estratégias, defendidas majoritariamente por economistas, direta ou indiretamente, ligados ao sistema financeiro, inviabilizam ainda mais as atividades produtivas, levando a população ao desespero e ou a migração para as atividades improdutivas e destrutivas.¹⁴ Nesse sentido, se tais estratégias não forem contidas, além do desemprego, o que veremos explodir no país serão as operadoras de fundos de arbitragem, os bancos com seus rentistas do giro da dívida pública, as novas religiões com negócios extremamente lucrativos, a corrupção generalizada por todos os níveis e esferas do poder público e, claro, o crime, cada vez mais organizado, que se espalhando por toda a sociedade.

Mas qual a alternativa para enfrentar tudo isso? A solução, mostrada de maneira muito clara pelo modelo, é a retomada efetiva do desenvolvimento, ou seja do crescimento com base nas atividades produtivas. Naturalmente uma retomada efetiva envolve todo um difícil e complexo conjunto de reformas. O *start* desse processo, no entanto, não é tão difícil assim. Como demonstram significativas experiências internacionais, tudo passa por se reduzir paulatinamente a taxa de juros, permitindo uma gradativa e continua desvalorização do Real. Importante ressaltar que esse processo necessita ser de

¹⁴ Uma outra alternativa é a emigração. Ou seja a migração para fora do país, caminho que vem sendo tomado por vários brasileiros, inclusive potenciais empresários, não dispostos a enveredar pelas trilhas das atividades improdutivas e destrutivas.

fato muito gradual. Sendo gradual, o aumento do preço dos importados, em lugar de acelerar a inflação – como ocorreu na açodada redução de juros tentada pela presidente Dilma em 2012 –, pode ser compensado por uma nova e competitiva expansão da base produtiva local.¹⁵ Com a retomada do processo de desenvolvimento em curso, as demais reformas (trabalhista, fiscal, política e judiciária) ficam bem mais fáceis de ser implementadas.

Bibliografia

- Acemoglu, D. e Robinson, J. *Por que as Nações Fracassam*, Elsevier-Campus, São Paulo, 2012.
- Baumol, W.J. Entrepreneurship: productive, unproductive and destructive. In: *Entrepreneurship, Management, and the Structure of Payoffs*. Cambridge, Mass.: MIT Pres, 1993.
- Bresser Pereira, L.C. A quase-estagnação brasileira e sua explicação novo-desenvolvimentista, artigo apresentado no seminário: Indústria e Desenvolvimento Produtivo no Brasil, EESP-FGV, maio de 2014.
- Filgueiras, L. et al. O desenvolvimento econômico brasileiro recente: desindustrialização, reprimarização e doença holandesa, In: *Revista da Desenhahia* n.17, Desenhahia, Salvador, 2012.
- Fraga, E. Com desistentes, taxa de desemprego no Brasil seria quase o dobro da atual, Folha de São Paulo, 12 de março de 2015.
- Holland, M. e Nakano, Y. (orgs). *Taxa de Câmbio no Brasil*, Elsevier-Campus, São Paulo, 2012.
- Jacobo Waiselfisz, J. *Homicídios e Juventude no Brasil - Mapa da Violência*, Brasília, Secretaria Geral da Presidência da República, 2014.
- Keynes, J.M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (1936)*. São Paulo: Atlas, 1982.
- Menezes, N. Jovens no Mercado de Trabalho, Valor Econômico, 17 de outubro de 2014.
- North, Douglass. *Structure and Change in Economic History*. New York: W.W. Norton, 1981.
- _____, *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge, Mass.: University Press, 1990.
- Schumpeter, J. A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

¹⁵ Obviamente, nem todo o impacto inflacionário será evitado, e assim, para evitar a propagação do mesmo, ao menos temporariamente seria desejável o abrandamento da indexação implícita na atual política de reajuste do salário mínimo.